

## Epílogo

O conflito do Oriente Médio constitui uma das questões mais controvertidas da atualidade. Quem quer que tenha a paciência de contabilizar livros, artigos, comentários, debates, polêmicas, blogs e outras manifestações provavelmente constatará que nenhum outro tema da política internacional chamou tanto a atenção nos últimos anos.

É provável que o desmesurado interesse seja função do papel que a esquerda lhe confere. Se for levado em consideração que a presença da esquerda na academia e na mídia supera em muito o de qualquer outra posição ideológica, não é difícil entender o espaço concedido aos atentados, represálias, bombardeios e mortes seletivas que agitam permanentemente uma pequena região do planeta escassamente habitada e sem quaisquer riquezas naturais estratégicas. A ubiqüidade da influência marxista, que em diversos graus e tipos de manifestação se faz maciçamente presente nos meios de divulgação de massa e nas cátedras universitárias, também permite compreender porque o anti-sionismo tem angariado tantos adeptos a ponto de existir uma quase unanimidade anti-israelense nos círculos intelectuais.

Este livro se debruçou sobre as diversas modalidades assumidas pelo anti-sionismo, especialmente o da esquerda, cujas origens podem ser rastreadas na história das relações entre o pensamento marxista e o movimento nacionalista judaico. Para o marxismo, independentemente da corrente, trata-se de recuperar o prestígio perdido em função do colapso da União Soviética e da crise que atingiu as demais "democracias populares" (inclusive Cuba). Três dimensões da vida social cuja importância o pensamento de esquerda sempre enfatizou, a econômica, a política e a ética, deveriam ser profundamente reestruturadas uma vez tomado o poder pelas forças revolucionárias, de molde a criar uma sociedade na qual os conflitos típicos das sociedades de classe desaparecessem ou cedessem à predominância da cooperação. Quer tenham ou não ocorrido as respectivas transformações institucionais na URSS[1], a forma pela qual se deu a dissolução do regime testemunhou a falta de apoio popular e as dificuldades de colocar a teoria em prática.

Enquanto isso, as sociedades neo-liberais (o capitalismo) foram capazes de corrigir o rumo autofágico que Marx detectara e através de um complexo processo em que impasses políticos se sucedem com frequência, não obstante têm-se demonstrado capazes de adaptação e transformação. Em princípio votado ao fracasso pelas contradições internas, o capitalismo emergiu como modo de produção e de relações sociais menos injusto do que as suas origens fariam prever e, apesar da desigualdade inerente às próprias premissas individualistas, alcançou, pelo menos no chamado primeiro mundo, certo grau de distribuição de bens e oportunidades, suscitando a interrogação acerca da possibilidade de fazer o mesmo nas regiões periféricas. A partir dos anos 80 a competição entre capitalismo e comunismo,

marcada simultaneamente pela guerra fria e a coexistência pacífica, foi decidida a favor da economia de mercado em detrimento da regida pelo estado.

Diante desse quadro, as várias tendências da esquerda convergiram para a estratégia, certamente menos deliberada do que espontânea, mas reveladora, de recorrer a uma grande causa internacional remanescente da guerra do Vietnã e da luta contra o regime racista sul-africano, para restaurar uma imagem que eventos com forte impacto simbólico, como a queda do muro de Berlim e a dissolução do regime comunista na URSS, haviam abalado, repercutindo sobre a popularidade dos partidos de esquerda e a credibilidade dos movimentos de filiação marxista.

O conflito do Oriente Médio aparentemente se presta à ressurreição da imagem negativa do capitalismo desde que seja convenientemente transformado num confronto análogo à luta de classes. Com essa finalidade, Israel - metáfora do primeiro mundo - será acusada de colonialismo, enquanto aos palestinos - metáfora de terceiro mundo - será atribuído o heróico papel de povo que busca a emancipação e sofre injustiças inomináveis. É mais do que patente a transposição do modelo "burguesia x proletariado", graças ao qual a esquerda pretende recuperar o papel de defensora dos oprimidos *doublé* de corajosa inimiga da injustiça. Israel é associada aos Estados Unidos, logo ao poder com P maiúsculo, espécie de Golias capitalista, dotada de um exército cruel, equipado com armas sofisticadas, enquanto David é representado pelas milícias que o código progressista associa à guerrilha.

Para tornar plausível essa análise, a esquerda precisará desconsiderar o papel das ditaduras do Oriente Médio que, reunidas na Liga Árabe, constituem, acima de qualquer dúvida, as mentoras das milícias terroristas tidas como o braço armado do movimento de libertação nacional palestino. Ao não levar em conta os interesses do Irã e da Síria, principais promotores da beligerância palestina, a análise "progressista" conduz a uma compreensão deficiente e contraditória, porque deixa de lado um fator sumamente importante - o pretexto fornecido pelo sionismo para a militarização da sociedade árabe/muçulmana- e por outro lado legitima ditaduras que certamente se contam entre as mais violentas do planeta.

A esquerda silencia sobre o estado de coisas nos países árabe/muçulmanos, cujos regimes são em tudo e por tudo semelhantes às ditaduras latino-americanas às quais ela se opôs veementemente e que praticaram verdadeiros genocídios cujas principais vítimas foram seus militantes. Essa atitude paradoxal se explica na medida em que subjacente ao anti-sionismo é possível encontrar o anti-americanismo e subjacente a este o anti-capitalismo. Tudo se passa como se a esquerda buscasse um símbolo que compensasse o trauma constituído pela queda do muro de Berlim e considerasse essa meta largamente prioritária em relação à ética e à coerência. A escolha recaiu sobre Israel - a sua destruição.

Várias evidências estão em aberta discrepância com a análise da esquerda. Os cidadãos árabes de Israel, supostamente discriminados, recusam-se a aceitar quaisquer acordos políticos que impliquem na troca da cidadania israelense pela do estado palestino; os habitantes da margem ocidental e de Gaza, que vivem sob a jurisdição da Autoridade Palestina, preferem residir em Israel, quer em caráter

temporário ou permanente, e tentam de todas as formas ingressar no estado sionista, via contratos de trabalho, casamento ou outra modalidade de reunião familiar.

A situação lembra a divisão da Alemanha. O muro de Berlim foi construído precisamente para evitar que a população da Alemanha Oriental deixasse a região governada pelo partido comunista em direção ao ocidente. Esse "voto com os pés" sempre foi constrangedor para o campo progressista, e, no que se refere a Israel, os comentaristas de esquerda evitam cuidadosamente mencioná-lo. As comparações entre o muro de Berlim e a barreira construída por Israel ilustram a que ponto chegaram as distorções, porque no último caso não se trata de impedir cidadãos israelenses de passar para o outro lado, mas exatamente o contrário.

A esquerda não tem como explicar porque durante a vigência da divisão da Alemanha os habitantes da parte oriental preferiam viver sob o "regime de exploração capitalista" nem a razão pela qual os "palestinos oprimidos" que têm essa possibilidade rejeitam a cidadania no seu próprio estado para submeter-se diretamente ao "racismo israelense".

A resposta mais plausível é que tanto a Alemanha Ocidental como Israel oferecem melhores condições de vida, inclusive no que se refere ao respeito pelos direitos humanos, enquanto a Alemanha Oriental (RDA) e a Autoridade Palestina são (ou eram) regimes opressivos, economicamente deficientes, dominados por burocracias e/ou milícias armadas que fazem a própria lei e escapam ao controle da população. A comparação não é nada lisonjeira, principalmente porque mostra que, ao equiparar a OLP a um "movimento de libertação nacional", a

esquerda se identifica com o autoritarismo e o esmagamento da sociedade pelo estado. Em relação às ex-colônias, a defasagem temporal entre a luta armada e a transformação das guerrilhas em instituições governamentais ditatoriais contribuía para ocultar essa relação, que no caso da Autoridade Palestina é patente.

A realidade refratária aos dogmas ideológicos exige um esforço considerável para apagar as evidências e substituí-las por ficções discrepantes em relação aos processos históricos.

O principal mito em relação ao conflito do Oriente Médio é o de que a OLP constitui o movimento de resistência ao que é chamado de "ocupação" israelense da margem ocidental e de Gaza. Para colocar essa idéia em circulação e torná-la ponto pacífico foi preciso eliminar qualquer referência à prévia soberania jordaniana e egípcia sobre essas regiões, de 1948 a 1967, período em que a esquerda não fez qualquer referência ao que efetivamente poderia ser chamado de ocupação.

Muito menos, durante esses dezoito anos, a esquerda proclamou a necessidade de criar um estado palestino autônomo. Para viabilizar o mito da ocupação, foi preciso igualmente eliminar qualquer referência à acentuada melhora das condições econômicas e políticas decorrentes do encerramento da soberania jordaniana e egípcia, que coincidiu com o início do intercâmbio e da cooperação entre palestinos e israelenses. Como nos romances policiais, um delito leva a outro. Na seqüência, tornou-se necessário escamotear o fato de que a margem ocidental e Gaza voltaram a submergir em sérias crises econômicas e políticas a partir da sua entrega ao movimento liderado por Arafat - que instalou, ou reinstalou, o típico regime ditatorial, corrupto e opressivo. Um dos respectivos efeitos foi o desemprego que não por acaso facilitou o

recrutamento da população masculina economicamente ativa para as milícias terroristas.

Após essa formulação inicial, os historiadores revisionistas manipularam o mito da ocupação retroativamente, em direção à guerra de 1948, proclamada pelas monarquias árabes, cuja intenção declarada era a destruição de Israel e o extermínio da sua população. Para a esquerda, esse não é um dado relevante, portanto pode ou deve ser extirpado da história. Em substituição, é enfatizado o processo de limpeza étnica supostamente praticado pelos judeus - ou seja, a expulsão de aproximadamente 650 mil cidadãos árabes do território que a partilha havia reservado para Israel. Entretanto, e mais uma vez em total contradição com essa alegação, fora poucas exceções (representadas por ordens de evacuação proferidas tanto por comandantes israelenses como árabes, em função das respectivas estratégias militares), a grande maioria da população árabe simplesmente fugiu dos combates, como costuma acontecer com civis que evitam ficar em zonas conflagradas, desde que tenham acesso a locais seguros.

O último argumento do mito da ocupação retroage em direção a um passado ainda mais remoto e examina o efeito das ondas migratórias judaicas, iniciadas nos últimos tempos do Império Otomano (décadas finais do século XIX até o fim da 1ª. grande guerra), cujo prosseguimento durante o período do Mandato Britânico (oficialmente de 1922 até a Partilha) resultou no estabelecimento de uma comunidade com aproximadamente 600 mil pessoas em 1948.

Desta vez, a esquerda alega que a emigração judaica teve por implicação a expulsão da população nativa árabe. As evidências, perfidamente refratárias a uma modalidade de história em que a

ideologia obriga a sepultar os fatos, demonstram exatamente o contrário. A população árabe da então Palestina cresceu muito mais nas cidades e povoados criados por judeus ou onde eles se concentraram, bem como regiões adjacentes, do que em quaisquer outras áreas, inclusive países vizinhos. A situação se explica facilmente em função das melhores condições de vida aí prevalecentes, prefigurando com exatidão o que continua ocorrendo atualmente.

Sem qualquer apoio em circunstâncias e processos históricos, a esquerda anti-sionista não obstante extrai conclusões apoiadas em notáveis distorções e desenvolve argumentos simultaneamente incompatíveis com os fatos e a lógica. Não é de admirar que nesse percurso se aproxime dos historiadores revisionistas, cuja negação do Holocausto tem por objetivo legitimar a ressurreição política de partidos identificados ao ideário da extrema direita. Norman Finkelstein postula a existência de uma indústria do Holocausto destinada a justificar a opressão dos palestinos por Israel. Noam Chomsky respalda o direito de Robert Faurisson a afirmar que os campos de concentração e as câmaras de gás não tinham por finalidade a eliminação de judeus, ciganos, homossexuais e opositores políticos. O desrespeito pela história une direita e esquerda em função do mesmo interesse: a recuperação do terreno político perdido.

Nessa perspectiva, anti-sionismo e anti-semitismo se aproximam e se apóiam enquanto manifestações da paradoxal aliança entre a corrente majoritária da esquerda e o negacionismo direitista, espécie de nova versão do pacto Molotov-Ribbentrop.

A esse estranho conluio soma-se o interesse geral pelo intercâmbio comercial com os países exportadores de petróleo, que conjuga



setores econômicos americanos, da União Européia, chineses e russos, além dos países em desenvolvimento. Na medida em que os principais exportadores de petróleo pertencem ao mundo muçulmano, as respectivas exigências anti-sionistas resultam em pressões cuja finalidade é fazer com que Israel abdique da auto-defesa perante as contínuas agressões contra a sua população.

Uma análise do conflito do Oriente Médio que não tenha por objetivo servir a preconceitos ideológicos chegará a conclusões exatamente opostas às da esquerda anti-sionista e demais interesses que, em nome das próprias conveniências, contrárias à ética, não hesitam em favorecer regimes responsáveis pela transformação da Organização das Nações Unidas em uma entidade cuja atuação contradiz totalmente seus princípios e finalidades, como a igualdade, a paz e a justiça.

---

[1] Há teóricos que interpretam a revolução russa como a instauração do "capitalismo de estado" numa sociedade predominantemente feudal.

.....

*Consulte mais sobre esse e outro títulos do autor:*

[www.franklingoldgrub.com](http://www.franklingoldgrub.com)

